

PORTUGAL, UM LUGAR DE FRONTEIRA NA EUROPA Uma leitura de indicadores socioeducacionais

Susana da Cruz Martins

A dimensão escolar/educativa é uma das que melhor reflecte e, ao mesmo tempo, explica aspectos de desigualdade e diferenciação social nas sociedades contemporâneas. Do ponto de vista de uma análise estrutural, procura-se aqui identificar os principais padrões de escolaridade e recomposições socioeducacionais, bem como caracterizar o contingente de indivíduos no sistema de ensino e algumas condições que enformam os sistemas educativos e os seus principais produtos. Estas perspectivas são analiticamente orientadas para o universo europeu e para o lugar de Portugal nesse contexto, permitindo um enquadramento de lógicas e dinâmicas e, em simultâneo, de configurações de afinidades e desfasamentos. Este exercício confere um retrato onde se inscrevem algumas das exigências de crescimento e qualidade para os países europeus num contexto globalizado. Neste quadro são conhecidas as grandes transformações e evoluções do sistema educativo português, mas também fundamentadas as preocupações com a dificuldade persistente na sua massificação e universalização.

Padrões e reconfigurações socioeducacionais

A reconfiguração de padrões de escolaridade europeus dá conta de um ritmo exigente de credenciação escolar, enquanto sintoma do aprofundamento de uma sociedade da informação e do conhecimento. Assim, já no início desta década temos uma população europeia adulta (entre os 25 e os 65 anos) em que 35% tem até o ensino básico, 43% o secundário e 22% o superior, melhorando em cerca de 5 pontos percentuais os valores da década anterior (considerando por agora uma Europa anterior à recente adesão de mais 10 países).

Observando o quadro 1, evidencia-se uma “Europa dos 15” portadora de perfis de escolaridade muito desiguais. Se procurarmos “recortar” aqui alguns dos padrões mais marcantes nesse figurino, deparamo-nos com um espaço europeu em vários andamentos na escolarização das suas populações.

Analisando agora detalhadamente os dados apresentados, temos um primeiro grupo de países em que mais de 75% da população tem no mínimo o secundário, aproximando países como a Alemanha (83%), o Reino Unido (82%), a Suécia (81%), a Dinamarca (80%) e a Áustria (78%), tratando-se de um *padrão de topo* face aos restantes países. Contudo, este não é no seu interior um conjunto homogêneo, mas antes constituído por opções estratégicas de escolarização distintas, em que uns dão primazia a um ensino secundário (ou equivalentes profissionalizantes), como a Alemanha e a Áustria, de rápida e eficaz entrada no mercado de trabalho, e os outros, com uma orientação de alargamento do ensino superior a patamares de maior

Quadro 1 Recomposições socioeducacionais na União Europeia, 1992-2002 (em percentagem)

Países	Sexo, idade e nível de ensino																								
	HM								H								M								
	25-64 anos		25-34 anos		35-44 anos		45-54 anos		25-64 anos		25-34 anos		35-44 anos		45-54 anos		25-64 anos		25-34 anos		35-44 anos		45-54 anos		
	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	
2002	Alemanha	60,7	22,3	63,9	21,0	61,0	24,5	60,3	23,7	60,5	26,7	64,3	22,2	59,6	28,4	59,5	28,9	60,9	17,8	63,4	19,8	62,5	20,5	61,0	18,5
	Áustria	61,3	16,9	67,8	17,4	63,8	19,0	57,5	17,1	65,8	18,4	72,4	16,2	67,8	19,6	62,3	19,7	56,9	15,4	63,3	18,5	59,7	18,3	52,7	14,6
	Bélgica	32,4	27,9	39,8	36,3	35,3	30,0	29,4	24,5	33,2	27,4	41,5	31,8	35,1	29,4	30,0	25,3	31,6	28,5	38,1	41,0	35,5	30,6	28,8	23,7
	Dinamarca	52,5	27,4	54,6	30,6	53,5	27,2	52,3	28,1	56,4	25,0	59,3	25,0	57,0	23,1	56,0	27,1	48,6	29,9	50,4	35,7	49,9	31,4	48,3	29,2
	Espanha	17,2	24,4	22,3	36,6	20,6	25,6	14,1	17,3	17,6	24,8	22,2	33,1	20,6	25,6	14,9	20,3	16,8	23,9	22,5	40,2	20,6	25,5	13,3	14,5
	Finlândia	42,2	32,4	49,4	38,2	47,4	37,0	41,6	30,2	44,0	28,9	54,2	30,1	49,8	32,3	42,1	27,4	40,5	36,0	44,5	46,6	45,0	41,8	41,0	33,1
	França	40,6	23,5	43,3	35,2	44,7	22,8	39,6	19,2	43,8	22,7	45,5	32,4	47,3	21,5	43,8	19,1	37,4	24,3	41,1	38,0	42,2	24,1	35,6	19,3
	Grécia	35,1	17,6	50,8	23,4	39,6	21,4	29,5	15,4	35,8	18,7	50,4	20,3	40,2	22,7	30,1	18,9	34,3	16,5	51,2	26,5	39,0	20,3	28,9	12,1
	Holanda	42,7	24,9	49,3	28,0	45,4	26,5	39,1	23,7	43,7	27,4	49,3	26,4	43,7	29,4	40,8	28,1	41,7	22,3	49,3	29,7	47,1	23,5	37,4	19,3
	Irlanda	53,4	20,8	52,9	30,7	55,5	20,9	53,0	16,9	53,9	17,5	54,9	26,0	55,2	18,5	53,3	14,4	52,7	26,5	50,4	37,1	56,0	24,6	52,4	21,1
	Itália	34,0	10,4	47,3	12,4	38,5	11,1	28,6	10,3	34,6	10,5	46,3	10,8	37,1	11,1	30,3	11,3	33,4	10,2	48,2	14,1	39,8	11,2	26,8	9,3
	Luxemburgo	43,0	18,6	45,8	22,6	44,8	19,6	42,3	16,0	44,4	21,6	44,1	23,5	46,3	22,0	44,0	20,2	41,5	15,6	47,5	21,7	43,3	17,1	40,4	11,7
	Portugal	13,0	11,4	21,2	16,1	13,9	11,5	8,9	9,8	13,3	9,9	20,3	12,0	13,8	9,8	9,8	9,6	12,7	12,8	22,2	20,3	14,0	13,1	8,1	9,9
	Reino Unido	52,4	29,4	56,1	33,5	56,2	30,1	48,9	28,4	53,9	30,1	56,7	33,4	56,1	31,4	53,2	29,7	50,7	28,6	55,4	33,6	56,3	28,8	44,8	27,1
	Suécia	55,0	26,4	60,8	30,7	62,0	25,1	52,3	26,6	56,7	22,8	63,7	27,3	64,5	20,4	53,1	22,4	53,3	30,0	57,7	34,2	59,3	30,1	51,4	31,0
UE 15	43,0	21,7	48,0	26,8	46,4	22,9	40,7	20,2	44,3	22,7	48,7	25,1	46,5	23,7	42,6	22,2	41,7	20,7	47,3	28,5	46,3	22,1	38,8	18,3	
1992	Alemanha	59,0	21,0	66,7	20,1	59,4	25,4	56,5	21,9	59,4	27,0	67,3	21,7	57,8	31,6	54,9	30,4	58,5	14,8	66,1	18,3	61,0	19,3	58,1	13,1
	Bélgica	29,1	20,7	36,0	27,8	32,4	23,7	24,9	18,1	30,5	21,5	36,1	25,8	33,8	24,4	26,9	20,2	27,6	20,0	35,9	29,8	31,0	23,0	23,0	15,9
	Dinamarca	54,9	19,2	69,0	17,0	53,0	25,2	50,2	20,4	61,4	19,0	72,6	16,1	60,7	23,6	57,0	21,1	48,3	19,3	65,3	18,0	45,2	26,9	43,1	19,8
	Espanha	10,8	12,4	21,0	20,8	11,2	13,3	5,4	8,4	11,9	13,9	21,8	19,7	12,2	15,6	6,7	11,3	9,8	11,0	20,3	21,8	10,2	11,2	4,2	5,6
	França	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Grécia	24,4	12,2	39,5	19,2	27,5	15,2	18,7	9,6	24,7	14,9	39,3	19,6	26,8	18,7	19,1	13,3	24,0	9,8	39,7	18,9	28,1	12,0	18,3	6,0
	Holanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Irlanda	25,5	16,8	34,8	21,2	26,1	17,9	19,9	14,6	21,4	17,6	29,8	20,7	22,0	19,3	16,1	16,4	29,6	16,0	39,6	21,6	30,3	16,6	23,9	12,8
	Itália	25,7	7,3	39,9	7,9	29,8	10,1	18,2	6,5	27,4	8,5	39,3	8,1	32,0	11,4	21,5	8,2	24,0	6,2	40,6	7,8	27,5	8,8	15,1	4,9
	Luxemburgo	22,8	11,9	28,8	13,8	23,0	14,2	19,2	11,9	26,5	15,2	31,9	15,4	25,9	17,0	22,4	17,3	19,0	8,5	25,7	12,1	19,9	11,1	15,9	6,2
	Portugal	9,4	10,5	17,9	14,4	9,0	13,1	5,9	8,1	10,7	9,8	18,5	11,1	11,0	13,5	7,4	7,7	8,3	11,2	17,4	17,3	7,1	12,8	4,5	8,5
	Reino Unido	30,5	18,9	32,4	21,0	32,0	21,0	29,2	17,0	35,9	20,1	36,2	22,1	37,7	22,6	35,9	19,2	24,6	17,5	28,4	20,0	26,4	19,3	22,6	14,8
	UE 12	36,5	16,2	41,0	18,3	34,0	18,4	30,1	14,6	38,9	18,5	42,1	18,6	36,0	20,8	32,5	18,4	34,1	13,9	39,9	18,0	32,0	16,0	27,7	10,7

Nota: Em cada grupo etário a soma do ensino básico, secundário e superior corresponde a 100%.
Fontes: Eurostat, *Inquérito ao Emprego*, 1992 e 2002; Irlanda, 1992 e 2001. Portugal, *Censos*, 2001.

semelhança com os do secundário, embora com este processo ainda não concluído. Assinale-se o Reino Unido como o país que, neste grupo, chegou a este patamar de grande universalização do sistema educativo, partindo de valores inferiores à média europeia em 1992. Esforço ainda mais notável quando verificamos que os restantes já tinham, nessa altura, níveis de escolaridade muito elevados na União Europeia, dando, mesmo assim, continuidade a uma “velocidade cruzeiro” na melhoria das suas qualificações.

Outro grupo, que se pode destacar pelos elevados níveis de escolaridade (entre 65% e 75% da população tem o secundário como escolaridade mínima), é constituído por países como a Finlândia (75%), a Irlanda (74%) e a Holanda (68%), marcando um *padrão de consolidação* de escolaridades elevadas. Saliente-se a Irlanda (num padrão de “sobreconsolidação”) que, juntamente com o Reino Unido, é o país que na década em referência mais cresce, dando cabimento à já vulgarizada designação de “milagre europeu” de desenvolvimento.

Num terceiro conjunto dá-se conta de um *padrão de acompanhamento* das tendências e média de escolaridades da União Europeia (“dos 15”). Integram-se aqui a França (64%), o Luxemburgo (62%) e a Bélgica (60%), todos com níveis entre os 60% e os 65% nas escolaridades consideradas. O Luxemburgo é destes o que nos últimos anos alcança maiores níveis de crescimento, aproximando-se das qualificações médias europeias.

Com um *padrão de correcção* do atraso, ainda evidente, estão a Grécia (53%), a Itália (44%) e a Espanha (42%), que se situam ainda a uma certa distância dos anteriores, embora isso não signifique que “percam de vista” aqueles patamares, aspecto visível nos níveis de crescimento, sobretudo da Grécia (16%) e da Espanha (18%), muito mais elevados do que a média europeia dos países considerados.

Finalmente, surge numa *posição contrastante* Portugal. Em último lugar em termos dos níveis de escolaridade possuídos (com apenas 24% de indivíduos com o secundário e mais) e com um dos menores níveis de crescimento no conjunto de países da União Europeia aqui em referência. Tal aspecto confere ao nosso país uma posição de grande singularidade no défice qualificacional; só no seu caso faz sentido medir indicadores como o *analfabetismo*, numa Europa já há muito liberta deste fenómeno, e, ainda, desagregar o ensino básico em várias categorias de análise, atendendo a que cerca de 80% da sua população tem no máximo esta escolaridade.

Se no desenho das principais configurações podemos já dar conta de alguns processos de recomposição socioeducacional europeia, a sua visibilidade ganha uma outra consistência no desdobramento dos dados em grupos etários. Os jovens protagonizam, de forma intensificada nos últimos anos, um dos segmentos mais activos na aquisição de certificação escolar. O contraste entre as escolaridades destes (com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos) e a população no seu conjunto, ou ainda no grupo mais velho aqui representado (entre os 45 e os 54 anos), devolve-nos uma Europa em permanente melhoria da sua estrutura educacional. Os casos em que os efeitos geracionais são particularmente expressivos, são precisamente aqueles em que é mais acentuado o contraste dos níveis de escolaridade entre os segmentos jovens (qualificados) e os mais velhos da população activa (com

níveis de escolaridade muito pobres no contexto europeu), aspecto visível em países como a Grécia, Espanha, Itália, Bélgica e também em Portugal.

Um outro indicador que permite interpretar algumas transformações prende-se com a composição socioeducacional por sexo. Aqui o lugar de partida das mulheres em patamares de pior concretização é altamente contrariado pela tendência maioritária de aquisição de níveis superiores de escolaridade por parte das jovens europeias. Aspecto que traduz, aliás, possibilidades de uma maior igualdade de género face a oportunidades, não só do campo educativo, mas também, e em ligação com essas, do mercado de trabalho e na divisão sexual do trabalho doméstico (cf. Deem, 1992). Apesar da expressão dessa equiparação qualificacional, protagonizada sobretudo pelas mulheres mais jovens, a realidade europeia não é a este respeito toda igual (aliás como já verificado num trabalho anterior de Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida, 2000).

Contudo, estes números, que realçam a afirmação de percursos femininos de escolaridades longas de forma praticamente equiparada à dos homens, obscurecem outros elementos de análise importantes. Se no segmento mais jovem elas já possuem maiores níveis de certificação no que respeita ao ensino superior, existem outras diferenças por sexo que resistem nos padrões de qualificação. Ou seja, a estrutura da procura do ensino superior, que é em parte condicionada pelos modelos socializadores tanto dos rapazes como das raparigas, orientando “os destinos socioprofissionais legítimos dos homens e das mulheres através das escolhas realizadas nas escolas” (Grácio, 1997: 41), mantém-se com grandes diferenças. Tal perspectiva é-nos dada na presença de cada sexo nas várias áreas de estudo (OECD, 2004; European Commission, 2002, 2004; Commission of the European Communities, 2004, HIS, 2005), processo a que Baudelot e Establet (1992), num grande estudo sobre o caso francês, designavam ironicamente como “a pouca imaginação de rapazes e raparigas nas suas orientações”. Segundo Sérgio Grácio (1997), o género influencia, provavelmente até de forma mais decisiva do que a origem social ou o aproveitamento escolar, as escolhas escolares. Contudo, e no que respeita ao ensino superior, assistiu-se nas últimas décadas em Portugal a uma feminização de variadas áreas científicas, sendo a área das engenharias aquela em que este processo tem sido mais lento (Grácio, 1997; Rodrigues, 1999; Balsa, Simões, Nunes, Carmo e Campos, 2001; Almeida, Ávila, Casanova, Costa, Machado, Martins e Mauritti, 2003).

Ainda sem uma estrutura interpretativa e analítica muito estabilizada e sustentada nas suas implicações, a leitura dos dados da educação referentes aos 10 países que aderiram à União Europeia em 2004 permite-nos aferir de imediato níveis de escolaridade altamente reforçados face aos 15, a que só os já muito dotados deste tipo de recurso se equiparam. É sabido que uma das principais prioridades sociais e políticas dos países de leste tem sido a educação, embora com realidades diferenciadas. Pese embora o sector educativo tenha constituído para esses países uma aposta determinante, a distância qualificacional entre a “Europa a 15” e esta que agora integrou o espaço da União Europeia é muitíssimo expressiva. O desenho de padrões de reconhecimento das escolaridades referentes aos 15 países, referidos nas análises anteriores, fica muito distorcido com a integração destes 10, tendo-se

Quadro 2 Indicador socioeducacional nos novos estados membros da União Europeia, 2002 (em percentagem)

Países	Sexo, idade e nível de ensino																							
	HM								H								M							
	25-64 anos		25-34 anos		35-44 anos		45-54 anos		25-64 anos		25-34 anos		35-44 anos		45-54 anos		25-64 anos		25-34 anos		35-44 anos		45-54 anos	
	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.	Sec.	Sup.
Chipre	37,4	29,1	44,2	41,0	45,3	31,1	30,3	25,4	39,3	31,0	45,3	38,8	47,4	34,2	30,9	28,8	35,6	27,3	43,2	42,9	43,2	28,2	29,6	22,0
Eslováquia	75,0	10,8	81,7	11,8	79,7	10,6	72,4	11,5	79,5	10,6	84,7	9,8	82,0	10,3	76,5	12,2	70,6	11,0	78,7	13,9	77,3	10,8	68,5	10,9
Eslovénia	62,1	14,8	66,6	19,0	65,5	15,2	59,9	12,4	67,5	13,2	71,1	13,2	70,6	13,2	66,5	12,3	56,5	16,4	61,7	25,3	60,6	17,2	52,7	12,6
Estónia	57,9	29,6	61,9	27,6	62,2	31,6	57,2	30,7	63,6	23,2	65,9	19,5	69,6	23,1	63,6	23,5	52,9	35,3	58,0	35,6	55,4	39,5	51,8	36,8
Hungria	57,3	14,1	67,0	14,4	64,0	14,4	58,2	14,6	62,4	13,7	69,2	12,6	69,0	12,8	65,2	14,5	52,5	14,5	64,7	16,3	59,0	16,0	51,5	14,7
Letónia	63,1	19,6	67,3	18,2	71,2	21,5	62,2	21,9	62,7	16,8	66,4	13,5	72,3	17,8	60,9	18,9	63,5	22,0	68,2	22,8	70,1	25,0	63,2	24,6
Lituânia	40,7	44,0	46,7	41,5	45,3	49,9	41,3	47,3	47,0	36,4	49,9	33,9	53,2	40,7	48,4	39,3	35,1	50,9	43,6	49,0	37,8	58,7	35,0	54,3
Malta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Polónia	68,6	12,2	74,1	16,1	75,8	11,8	68,2	10,4	72,0	10,6	76,8	12,9	78,0	10,0	71,1	9,4	65,4	13,7	71,3	19,4	73,6	13,6	65,6	11,4
Rep. Checa	76,0	11,8	81,9	11,9	77,3	13,7	74,1	10,8	78,7	13,6	81,9	12,3	78,0	15,7	78,3	13,2	73,4	10,0	82,0	11,5	76,5	11,7	70,1	8,4
UE 10	66,5	14,5	72,7	16,6	72,2	15,2	66,1	13,4	70,2	13,3	75,0	13,8	75,1	13,5	70,0	12,6	62,9	15,7	70,4	19,5	69,4	17,0	62,3	14,1

Nota: Em cada grupo etário a soma do ensino básico, secundário e superior corresponde a 100%.

Fonte: Eurostat, *Inquérito ao Emprego*, 2002.

que alterar os seus limites de categorização, sendo o *padrão de topo* um dos que mais se alarga e Portugal aquele que reforça o seu contraste, ocupando uma posição de completa e distanciada excepção.

A comparação das estruturas socioeducacionais destas “duas Europas” permite realçar que os novos estados membros apresentam uma diferença face aos restantes de cerca de 15% na população que possui pelo menos o ensino secundário. Contudo, o conjunto dos “15” concretizou de forma mais persistente a certificação da sua população com o ensino superior (22% contra os 15% dos novos países da UE).

A abertura dos sistemas educativos europeus teve uma tradução directa nos processos de mobilidade social. Embora estudos como o de Baudelot e Establet (1992) tenham assinalado que, face aos estudantes do superior em França, em concomitância com processos de abertura importantes do sistema, aspectos de desigualdade de qualificações, bem como lógicas persistentes de reprodução social, marcavam ainda esta população nos anos 80. Interessante, ainda, dar conta de que neste segmento da sociedade portuguesa, e já no fim dos anos 90, estes processos têm ainda uma visibilidade clarividente (cf. Almeida, Ávila, Casanova, Costa, Machado, Martins e Mauritti, 2003; Machado, Costa, Mauritti, Martins, Casanova e Almeida, 2003; Martins, Mauritti e Costa, 2005).

O estudo das qualificações, aqui salientadas em indicadores de educação formal, tem contribuído, de forma indelével e enquanto domínio central da investigação sociológica, para a análise e clarificação de sistemas estruturados de diferenças e desigualdades sociais. Estes indicadores têm-se constituído como factor essencial nas problemáticas e discussões associadas a conceitos como o de classes sociais e estruturas de classes, de grupos de status e sistemas de estratificação, e outros, como os de modos de vida, estilos de vida, géneros e padrões de vida e, ainda, para a interpretação de noções como a de mobilidade e reprodução social.

Dinâmicas actuais de escolarização

Se no ponto anterior se deu conta dos principais padrões de escolaridade e suas recomposições nos últimos dez anos, neste pretende-se analisar indicadores sobre populações envolvidas em sistemas de educação ou formação.

Na figura 1 observa-se a evolução do indicador de abandono do sistema escolar da população entre os 18 e os 24 anos no espaço da União Europeia, o que torna a colocar Portugal numa situação distante (a rondar os 40%) face a uma Europa, a “15” e a “25” países, com menos de metade dos seus valores. Esta drástica posição pouco se tem alterado nos últimos dez anos, com avanços e recuos, e um intervalo que se tem situado entre os 39% e os 47% da população com essas idades em abandono escolar. Na Europa os valores deste indicador representam menos de 1/5 da população para o grupo etário em referência.

Os dados presentes no quadro 3 dão continuidade à análise de características dos países no espaço da União Europeia quanto aos sistemas de ensino-formação e à escolarização das suas populações.

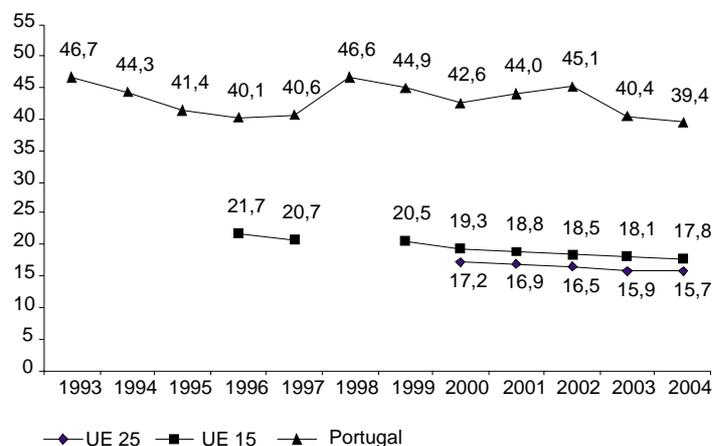


Figura 1 Evolução da população entre 18 e 24 anos com o ensino básico que não está no ensino nem noutra formação, 2004 (em percentagem)

Notas: UE15, 1996 e 1997: valores estimados. UE15 e UE25, 2003: quebra de série. Portugal, 1998 e 2004: quebra de série.

Fonte: Eurostat, *Inquérito ao Emprego* (consulta online, em Agosto de 2005).

Mais uma vez a “nova” União Europeia (dos 10 estados aderentes) distingue-se marcadamente da restante na eficácia da relação de uma população de forte procura ao sistema de ensino e na oferta concretizada. Quanto ao indicador, que aqui podemos simplificarmente associar ao abandono escolar pós-básico na população entre os 18 e 24 anos, as piores performances dos países recentemente integrados (acima dos 10% de abandono), com exceção de Malta, são no conjunto dos outros países resultados médios ou muito positivos.

No conjunto dos 15, nas melhores posições estão a Dinamarca, Suécia, Áustria e Finlândia, com pesos entre os 8% e os 9%. A Itália e a Espanha destacam-se destes valores pela negativa, com pesos superiores a 22%. Novamente, e reforçando aqui o seu lugar de exceção, está Portugal (perto ainda dos 40%), a radicalizar os piores valores (quadro 3).

Se, num olhar sobre o número de indivíduos integrados num sistema nacional de ensino ou formação, damos conta do percurso feito de multiplicação do seu alargamento e das suas capacidades desde os anos 70, na comparação europeia tais parâmetros ficam aquém das tendências médias. É com este flagrante atraso que Portugal “coloca ao futuro de curto e, sobretudo, de médio prazo questões sérias de qualificação, de empregabilidade e de competitividade, de modernização e desenvolvimento, a solicitar investimentos profundos e alargados neste domínio” (Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres, 2000: 41).

O indicador em referência expressa uma maior penalização dos percursos escolares masculinos face aos femininos, aspecto que vai de par com o reforço da

Quadro 3 População entre 18 e 24 anos com o ensino básico que não está no ensino nem noutra formação, por sexo, 2004 (em percentagem)

Países	Sexo		
	HM	H	M
Alemanha	12,1	12,2	11,9
Áustria	8,7	9,5	7,9
Bélgica	11,9	15,6	8,3
Dinamarca	8,1	10,4	5,8
Espanha	31,1	37,8	24,1
Finlândia	8,7	10,6	6,9
França	14,2	16,1	12,4
Grécia	14,9	18,3	11,6
Holanda	14,5	16,4	12,6
Irlanda	12,9	16,1	9,7
Itália	22,3	26,2	18,4
Luxemburgo	17,0	14,4	19,6
Portugal	39,4	47,9	30,6
Reino Unido	16,8	17,1	16,5
Suécia	8,6	9,3	7,9
União Europeia 15	17,8	20,4	15,3
Chipre	18,4	23,3	14,3
Eslováquia	7,1	7,8	6,4
Eslovénia	4,2	5,8	2,6
Estónia	13,7	20,5	—
Hungria	12,6	13,7	11,4
Letónia	15,6	20,5	10,7
Lituânia	9,5	11,6	7,4
Malta	45,0	46,6	43,1
Polónia	5,7	7,7	3,7
República Checa	6,1	5,8	6,5
União Europeia 25	15,7	18,1	13,3

Notas: Reino Unido: dados provisórios. Bélgica, Portugal, Lituânia, Malta e Polónia: quebra de série. Luxemburgo: dados provisórios de 2003 para o total e 2002 por sexo. Eslovénia: os dados não têm fiabilidade estatística.

Fonte: Eurostat, *Inquérito ao Emprego* (consulta online, em Agosto de 2005).

escolarização das mulheres mais jovens (já verificado no grupo entre os 25 e os 34 anos, como vimos nos quadros 1 e 2). Com o Luxemburgo e a República Checa a marcarem valores de sentido contrário, o resto da Europa, incluindo os recém-integrados, mostra, no segmento em referência, um abandono mais expressivo, ou pelo menos equivalente, por parte do sector masculino da população (quadro 3). Tais diferenças entre géneros atingem valores máximos em Portugal (17%), Espanha (14%) e Letónia (10%). Se, por um lado, esta diferença pode ser sintomática de processos de mudança que contrariam uma posição desfavorável das mulheres face a processos de certificação, retrato ainda evidente nos escalões etários mais velhos, por outro, é possível que tais valores sejam ainda o resultado de uma maior atracção e facilidade na inserção dos homens no mercado de trabalho, associadas ao prevalecimento de representações sobre o seu papel na realização de

Quadro 4 Estudantes entre os 5 e os 29 anos na população com a mesma idade, 2003 (em percentagem)

Países	%
Alemanha	61,5
Áustria	55,9
Bélgica	65,6
Dinamarca	60,9
Espanha	54,0
Finlândia	65,5
França	61,6
Grécia	57,1
Holanda	62,6
Irlanda	62,1
Itália	55,5
Luxemburgo	50,4
Portugal	55,8
Reino Unido	66,3
Suécia	64,9
União Europeia 15	60,4
Chipre	54,0
Eslováquia	52,5
Eslovénia	60,6
Estónia	61,6
Hungria	55,4
Letónia	60,4
Lituânia	64,2
Malta	54,5
Polónia	60,7
República Checa	53,8
União Europeia 10	56,3
União Europeia 25	60,0

Notas: Alemanha e Eslovénia: os dados excluem o ensino terciário de pós-graduação (ISCED 6). Bélgica: exclui os dados das instituições privadas. Luxemburgo: trata-se de valores subestimados, porque a grande maioria dos estudantes do ensino superior estudam no estrangeiro e não estão incluídos, bem como alguns dos estudantes do ensino básico e secundário; para o ensino superior (ISCED 5) não existem dados por idade. Chipre: os dados excluem os estudantes no superior a estudar no estrangeiro. Reino Unido: dados provisórios.

Fonte: Eurostat, *UOE* (consulta *online*, em Agosto de 2005).

rendimentos. Tal questão remete ainda para a necessidade de conhecermos melhor qual o significado dos saberes apreendidos na escola (Lahire, 2000; Derouet, 2002; Perrenoud, 2002) e qual a ponderação de critérios presentes nas escolhas sobre as suas trajectórias escolares.

A leitura do quadro 4, menos contrastada nas diferenças europeias, dá conta de uma Europa dos 25 em que a sua população entre os 5 e os 29 anos se encontra na sua maioria a estudar.¹ As percentagens mais altas relativas aos processos de escolarização nesse grupo etário são do Reino Unido, da Bélgica e da Finlândia, todos com 66%, e da Suécia, com 65%. Contudo, o seu peso poderia ser ainda maior se o

1 Nesta análise alguns países, como Luxemburgo, podem ter os seus valores subestimados; veja-se com atenção a nota anexa ao quadro 4.

Quadro 5 Estudantes entre os 15 e os 24 anos na população com a mesma idade, por sexo, 2003 (em percentagem)

Países	Sexo		
	HM	H	M
Alemanha	63,5	63,3	63,8
Áustria	50,4	49,8	51,1
Bélgica	67,6	65,2	70,0
Dinamarca	62,8	60,6	65,1
Espanha	54,0	50,3	57,8
Finlândia	69,4	66,6	72,4
França	60,3	58,2	62,4
Grécia	58,1	54,8	61,7
Holanda	62,4	62,9	61,9
Irlanda	55,2	52,0	58,6
Itália	53,0	50,2	56,0
Luxemburgo	43,6	43,3	43,9
Portugal	50,7	46,4	55,0
Reino Unido	55,2	52,4	58,0
Suécia	66,1	62,8	69,5
União Europeia 15	58,1	55,9	60,3
Chipre	42,1	41,5	42,8
Eslováquia	49,4	48,2	50,6
Eslovénia	66,9	62,5	71,5
Estónia	62,5	57,8	67,3
Hungria	56,5	54,7	58,4
Letónia	62,9	59,5	66,5
Lituânia	68,0	65,1	71,1
Malta	40,4	38,8	42,0
Polónia	67,3	65,1	69,6
República Checa	56,2	55,2	57,2
União Europeia 10	62,7	60,6	64,9
União Europeia 25	59,0	56,9	61,2

Notas: Alemanha, Eslovénia, Itália e Polónia: os dados excluem do ensino terciário de pós-graduação (ISCED 6). Bélgica: exclui os dados das instituições privadas. Luxemburgo: trata-se de valores subestimados, porque a grande maioria dos estudantes do ensino superior estudam no estrangeiro e não estão incluídos, bem como alguns dos estudantes do ensino básico e secundário; para o ensino superior (ISCED 5) não existem dados por idade. Chipre: os dados excluem os estudantes do ensino superior a estudar no estrangeiro (ISCED 5 e 6). Reino Unido: dados provisórios.

Fontes: Eurostat, UOE (UNESCO-UIS / OECD / EUROSTAT), *Estatísticas da Educação* (consulta online, em Agosto de 2005).

intervalo de idades não fosse tão alargado, pois excede os anos necessários a percursos de escolaridade completos, podendo, ainda assim, enquadrar os mais tardios nesses processos. De facto, as altas percentagens reflectem uma Europa que assumiu como prioridade estratégica a escolarização das suas populações, cujos tempos para a realização destes trajectos são alargados e relativamente bem definidos.

Se retivermos para a análise um grupo etário mais restrito (dos 15 aos 24 anos), cujas idades permitem, no equivalente ao sistema de ensino português, já estar a fazer o secundário ou o superior, as desigualdades no espaço europeu tornam a ganhar visibilidade (quadro 5). Os valores mais baixos na União Europeia são os

Quadro 6 População com escolaridades inferiores ao secundário e que têm participado em alguma forma de educação ou formação, 2002 (em percentagem)

Países	Grupos etários		
	25-34	35-54	55-64
Alemanha	6,4	1,9	0,3
Áustria	3,3	2,1	0,3
Bélgica	5,0	2,8	1,1
Dinamarca	24,9	9,2	4,8
Espanha	2,4	1,1	0,6
Finlândia	18,6	9,8	4,2
França	2,2	1,1	1,0
Grécia	0,4	0,8	—
Holanda	16,2	10,0	3,3
Irlanda	4,6	3,6	1,5
Itália	2,5	0,9	0,3
Luxemburgo	4,4	1,7	0,6
Portugal	2,5	0,5	0,2
Reino Unido	11,6	7,8	5,7
Suécia	18,9	11,5	6,3
União Europeia ¹⁵	4,3	2,3	1,3
Chipre	1,2	0,4	—
Eslováquia	—	—	—
Eslovénia	9,2	0,7	0,2
Estónia	0,9	0,8	—
Hungria	1,2	0,4	0,3
Letónia	2,7	1,4	—
Lituânia	3,2	0,4	—
Malta	—	—	—
Polónia	1,6	0,3	—
República Checa	2,2	0,7	0,2

Nota: O indicador refere-se às quatro semanas anteriores ao inquérito.

Fonte: Commission of The European Communities, 2004.

de Malta, com 40%, no patamar seguinte, mas inferior a 50%, estão países como Chipre, Luxemburgo e Eslováquia.² Os países melhor colocados neste indicador são a Finlândia (69%), Lituânia e Bélgica (68%), Polónia e Eslovénia (67%). Tais dados sugerem a consolidação de valores de certificação escolar elevados.

As diferenças entre homens e mulheres a estudarem neste grupo etário fazem antever a continuação de uma maior certificação em patamares superiores de escolaridade por parte das mulheres (quadro 5). No espaço da União Europeia só a Holanda, ainda que ligeiramente, contraria esta tendência, sendo os países de leste os que mais acentuam as diferenças para o lado feminino.

A população adulta que dispõe de escolaridades ao nível do ensino básico, o segmento menos qualificado da Europa, recorre muito pouco a modalidades de

2 Nesta análise alguns países podem ter os seus valores subestimados; veja-se com atenção a nota anexa ao quadro 5.

ensino e formação, reforçando a sua posição de défice qualificacional (quadro 6). As penalizações para esta população agravam-se num cenário globalizado, em que os vários contextos sociais, e não só os do trabalho, fazem apelo à implicação de competências e saberes, muitas vezes só adquiridas nos sistemas de ensino e formação profissional. A “Europa dos 15” apresenta práticas de formação, nos vários grupos etários, mais alargadas (quadro 6).

Os países que mais intensificam iniciativas de formação para este segmento da população são a Dinamarca, a Suécia e a Holanda. Protagonizando estes alguns dos melhores padrões de escolaridades, a perspectiva de uma maior continuidade de processos de escolarização e de aprendizagem ao longo da vida coloca-os numa configuração qualificacional portadora de uma grande distância face a outras ainda muito presentes no panorama europeu. As escalas de desigualdade manifestam-se, não só nas relações entre países e nas suas posições relativas nos processos de desenvolvimento e modernização, mas também internamente a cada um, atingindo os mais carentes em recursos qualificacionais com situações de exclusão e de grande permeabilidade à pobreza.

A distribuição de tempos de escolarização e de qualificação dos indivíduos está claramente marcada por ciclos de vida, o que é evidente em praticamente toda a União Europeia. Estes números fazem sobressair que a formação constitui uma etapa que os europeus, na sua maioria, e salvaguardando as excepções anteriores, parecem cumprir antecipadamente à vivência de uma profissão. Se considerarmos a população mais velha potencialmente activa (entre os 55 e os 64 anos), só a Suécia (6%) e o Reino Unido (6%) têm uma proporção de indivíduos em formação acima dos 5%. Portugal (0,2%) é o país que, neste grupo etário, apresenta piores níveis, só equivalentes aos valores dos países de leste. Embora não muito distante de outros países da Europa, como a Alemanha, a Áustria e a Itália, a situação de Portugal é agravada pela esmagadora proporção de indivíduos que, com aquela idade, tem apenas o ensino básico (e na maioria das vezes não no seu patamar avançado), evidenciando não só contrastes ao nível da estrutura de oportunidades de que os indivíduos dispõem, mas também uma economia cujo mercado de trabalho que a apoia apresenta e exige poucos recursos culturais, técnicos e científicos. Contudo, segundo Joaquim Azevedo (2002), o número de portugueses em formação contínua tem vindo a aumentar, o que permite assinalar que, embora seja uma realidade que envolve poucos indivíduos, está-se a modificar.³

Contextos e condições de escolarização

Depois de uma análise de reconhecimento dos padrões e recomposições socioeducacionais, bem como das tendências lidas através dos indivíduos nos sistemas de

3 Para situar esta temática em Portugal e comparativamente a outros países, ver *A Aprendizagem dos Adultos em Portugal: Exame Temático*, da Direcção-Geral de Formação Vocacional, Ministério da Educação. De forma mais específica, e a propósito de formas de aquisição de competências e certificação alternativas ao sistema escolar em Portugal, ver Ávila (2004).

Quadro 7 Despesa pública na educação em percentagem do PIB, 2003

Países	%
Alemanha	4,8
Áustria	5,7
Bélgica	6,3
Dinamarca	8,5
Espanha	4,4
Finlândia	6,4
França	5,8
Grécia	4,0
Holanda	5,1
Irlanda	4,3
Itália	4,8
Luxemburgo	4,0
Portugal	5,8
Reino Unido	5,3
Suécia	7,7
União Europeia ¹⁵	5,2
Chipre	6,8
Eslováquia	4,4
Eslovénia	6,0
Estónia	5,7
Hungria	5,5
Letónia	5,8
Lituânia	5,9
Malta	4,5
Polónia	5,6
República Checa	4,4
União Europeia 10	5,3
União Europeia 25	5,2

Notas: Dinamarca: a despesa do nível pós-secundário (ISCED 4) não está disponível. Luxemburgo: a despesa do ensino superior não está disponível. Eslováquia e Polónia: inclui a despesa com a educação de infância e o pré-primário. Chipre: inclui o financiamento de apoio aos estudantes no estrangeiro. Grécia, Luxemburgo, Portugal: não inclui a despesa em reformas e aposentações na área da educação. França: não inclui os departamentos ultramarinos. Portugal: a despesa realizada pelo poder local não está disponível.

Fontes: Eurostat, UOE (UNESCO-UIS / OECD / EUROSTAT), *Estatísticas da Educação* (consulta online, em Agosto de 2005).

ensino e formação, no espaço da União Europeia, sugere-se uma outra, centrada em alguns indicadores relativos às condições e investimento na educação.

Se observarmos o quadro 7, verificamos que Portugal está acima da média europeia no que diz respeito à percentagem do PIB investido. De acordo com Joaquim Azevedo (2002), o investimento público nacional foi o que mais cresceu de 1990 a 2000 na União Europeia. Aspecto que acaba por não ter, ainda, uma boa tradução nos seus resultados finais, ou seja, na melhoria significativa das escolaridades da população portuguesa. As políticas educativas dos últimos anos do Portugal democrático têm sido claramente insuficientes num trajecto de universalização das escolaridades dos seus cidadãos (Sebastião, 1998). Se se podem alvitrar hipóteses explicativas do lado da oferta do sistema, também do lado da procura existem ainda resistências ao cumprimento de escolaridades longas, podendo-se explicar pelos altos encargos familiares que essa opção acarreta e por representações de que

Quadro 8 Número de estudantes por professor e dimensão média de turmas, 2002

Países	Número de estudantes por professor			Dimensão média de turma	
	Básico 1	Básico 2 e 3	Secundário	Básico 1	Básico 2 e 3
Alemanha	18,9	15,7	13,6	22,2	24,7
Áustria	14,4	9,8	10,3	20,1	23,9
Bélgica	13,1	9,3	—	—	—
Dinamarca	10,9	—	14,2	19,1	18,8
Espanha	14,6	13,7	8,3	20,9	25,4
Finlândia	15,8	10,6	16,0	—	—
França	19,4	13,7	10,6	22,6	24,3
Grécia	12,5	9,3	9,3	17,5	23,0
Holanda	17,0	15,9	—	23,9	—
Irlanda	19,5	14,3	—	—	—
Itália	10,6	9,9	10,3	18,3	20,8
Luxemburgo	11,6	9,0	—	15,7	19,9
Portugal	11,0	9,3	7,5	19,1	18,1
Reino Unido	19,9	17,6	12,5	—	—
Suécia	12,5	12,2	14,1	—	—
Chipre	21,1	15,1	13,6	—	—
Eslováquia	20,1	14,0	13,3	20,8	23,3
Eslovénia	13,1	13,3	13,8	—	—
Estónia	14,7	11,2	10,3	—	—
Hungria	10,8	10,7	13,1	20,4	21,3
Letónia	17,6	13,2	13,2	—	—
Lituânia	16,9	12,0	—	—	—
Malta	19,0	9,9	18,1	—	—
Polónia	12,8	14,1	13,7	20,9	24,3
República Checa	18,9	14,4	12,9	21,3	23,3

Notas (relativas ao número de estudantes por professor): Luxemburgo: diz respeito apenas a instituições públicas. Bélgica, Luxemburgo e Holanda: o valor do secundário está incluído no básico 2 e 3. Dinamarca: o valor do básico 2 e 3 está incluído no básico 1. Irlanda: o valor do secundário está incluído no básico 2 e 3. Chipre, Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia e Malta: dados relativos a 2001.

Fontes: OCDE, 2004. 1) Commission of The European Communities, 2004.

não compensa, quer na inserção profissional quer no reconhecimento social, a demora de um percurso completo na escola. No entanto, sabendo-se que estas representações têm sido fomentadas por alguns meios científicos e políticos, com traduções abusivas nos meios de comunicação, o certo é que a análise cruzada de indicadores de educação com outros, relacionados com oportunidades de vida e emprego, garantem a relação positiva entre eles (Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida, 2000; Machado, Costa, Mauritti, Martins, Casanova e Almeida, 2003; Portugal, 2004).

Os países que têm maior investimento público em educação (em percentagem do seu PIB) são a Dinamarca (9%) e a Suécia (8%), fazendo parte daqueles que apresentam escolaridades de topo da União Europeia, e continuam, mesmo assim, a manter níveis de despesa maiores do que aqueles que, tendo patamares qualificacionais muito inferiores, não fazem um esforço semelhante para a sua correcção. A leste o melhor posicionado é Chipre (com 7%). Portugal encontra-se acima da média europeia e a igualar as percentagens da França ou da Letónia

(ambas com 5,8%). No entanto a leitura analítica deste indicador comporta alguma ambiguidade. Dado que essa posição relativa, aparentemente favorável no caso português, fica muito empobrecida perspectivada pelos valores reais dos PIB nacionais, na medida em que, por exemplo para Portugal, este valor é muito mais baixo do que aquele que se verifica em média na Europa (sobretudo no que respeita aos “15 países”). Na verdade, e embora o indicador meça e compare o esforço financeiro face às possibilidades de cada país, Portugal disponibiliza para o sistema educativo muito menos recursos do que a maior parte dos países com grandes níveis de escolaridade e de crescimento das suas taxas de escolarização.

Face a outro tipo de indicadores, como o rácio de estudantes por professor (ensino básico e secundário), Portugal e Itália apresentam dos valores mais baixos em toda a União Europeia (quadro 8), não existindo taxas muito elevadas (cada professor tem em média, no máximo, 21 alunos), dando consistência ao modelo pedagógico que acolhe uma concepção de um número reduzido de alunos em contexto de sala de aula, embora se trate de um aspecto em permanente discussão.

No nosso país, estes números são também sintoma de um sistema de ensino que se comprime na mesma medida que a demografia se reduz nos escalões mais jovens. Este aspecto ganha uma outra visibilidade, associado a um mesmo sistema que com pretensões de massificação alargou as suas equipas de ensino, evidenciando-se aqui tendências de sentido contrário. Ao nível do secundário, Portugal apresenta o menor rácio da Europa, o que, associando às anteriores hipóteses explicativas, pode sublinhar o facto de neste patamar de ensino ainda se verificarem elevadas taxas de abandono escolar (ver quadro 3). Em praticamente todos os países europeus o rácio de estudantes por professor é maior no ensino básico do que no secundário, com excepção da Alemanha, Suécia e Dinamarca. A dimensão média das turmas é muito semelhante nos vários países da Europa, havendo aqui um modelo europeu que oscila entre os 16 e os 24 alunos por turma no básico 1, e os 18 e os 25 nos básicos 2 e 3. O desfazamento dos valores entre o rácio de docentes por alunos e a dimensão média das turmas é muito variável no contexto europeu. No que diz respeito ao patamar inicial da escolaridade, básico 1, Hungria, Dinamarca, Portugal e Polónia são os países onde essa diferença é maior (variando entre os oito ou nove alunos a mais). Nos dois ciclos seguintes estão à frente nessa diferença a Áustria e a Grécia (com 14 alunos a mais quando comparamos os dois indicadores). Tal pode sugerir que nos países assinalados existe um grande número de docentes que não estão a leccionar, ocupando-se, porventura, de outro tipo de funções escolares.⁴

No que se refere, não só a indicadores de educação formal, mas também a processos de escolarização promotores de competências aplicáveis a contextos sociais concretos, os vários países encontram-se a este respeito em vários patamares, tanto da sua discussão como da sua concretização. Sem pretensões aqui de debate aprofundado sobre este tema, dá-se conta de alguma transformação dos sistemas de

4 Contudo e em termos gerais, no 2.º e 3.º ciclos de escolaridade uma turma não tem apenas um professor, sendo estes multiplicados de acordo com um plano curricular desdobrado em várias disciplinas.

Quadro 9 Indicadores de uso de computador e internet no ensino básico 2 e 3 e secundário, 2001

Países	Número de alunos		Professores	
	Com computador (1)	Com computador com ligação à internet (1)	Usam computador (2)	Usam internet (2)
Alemanha	13,7	22,0	53	38
Áustria	8,5	10,5	83	66
Bélgica	8,0	14,2	70	51
Dinamarca	1,5	2,0	86	79
Espanha	12,4	25,3	39	23
Finlândia	6,8	7,5	83	75
França	9,4	21,4	52	34
Grécia	15,2	39,5	26	14
Holanda	9,1	15,4	73	43
Irlanda	8,3	13,1	71	60
Itália	8,9	18,9	82	58
Luxemburgo	6,3	6,7	41	41
Portugal	16,4	36,9	41	24
Reino Unido	6,4	8,9	100	67
Suécia	4,1	4,8	79	68
União Europeia 15	8,6	14,9	60	42

Notas: 1) valores calculados através de rácios; 2) valores percentuais, descritos como na fonte, sem casas decimais.

Fonte: Comissão Europeia (2000/01), *Eurobarometer flash 101*.

ensino em torno da premência de se colocar as competências no centro das preocupações. Mesmo cientes da dificuldade da sua delimitação conceptual — tratando-se de uma noção polissémica (Ropé, 2000) —, pode-se avançar como definição a que se refere à competência como a “mais-valia acrescentada aos saberes: a capacidade de a utilizar para resolver problemas, construir estratégias, tomar decisões, actuar no sentido mais vasto” (Perrenoud, 2002: 12 e 13).

Os indicadores mobilizados para esta análise dizem respeito ao uso de tecnologias de informação e comunicação na escola por alunos e professores. Embora estes signifiquem apenas uma pequena parte do repertório que a este respeito poderia ser evidenciado, podem constituir um bom exemplo de “recursos ao serviço das competências” (Perrenoud, 2002: 13). Assim, analisando o conjunto de países que eram membros antes da recente adesão à União Europeia, podemos observar que a Dinamarca e a Suécia são aqueles que têm ao dispor dos seus alunos um maior número de recursos informacionais deste tipo (quadro 9). Indicador que converge não só com aspectos de universalização da escolaridade nestes países, como de qualidade nos recursos disponibilizados. A Grécia e Portugal reforçam uma situação muito desfavorável num conjunto alargado de perspectivas de análise sobre a educação, sendo os que oferecem menos condições ao nível dos recursos que acompanham o desenvolvimento de competências em direcção a uma sociedade da informação e do conhecimento, altamente tecnológica nos seus variados contextos sociais. Esta desvantagem é expressa tanto no número de alunos por computador na Grécia (15) e em

Portugal (16) como nas suas possibilidades de ligação à internet (40 e 37, respectivamente). A uma distância muito marcada do número de alunos europeus por computador (9) e ligação à internet (15).

Também na forma como esses recursos se mobilizam para a sala de aula as diferenças são marcantes (quadro 9). Com o Reino Unido (100%) e a Dinamarca (86%) a fazerem um maior uso do computador. No que diz respeito à utilização da internet na sala de aula, a estes dois países (67% e 79%, respectivamente) junta-se a Suécia (68%), também com um elevado uso deste recurso nesse contexto.

Os piores colocados são a Grécia e a Espanha, que no uso do computador em sala de aula apresentam valores de 26% e 39% e no uso da internet 14% e 23%, respectivamente. Estes valores, dos quais Portugal não fica muito longe (41% de professoras a usarem o computador em sala de aula e 24% a internet), evidenciam a falta de oportunidade dos alunos destes países para superarem algumas desvantagens de partida. Ou seja, prejudicando sobretudo aqueles em que a escola se lhes oferecia como a grande oportunidade para o acesso a este tipo de instrumentos e não tanto os que têm acesso a eles noutros espaços de socialização, como na família. As posições desfavoráveis no jogo interpaíses repercutem-se também no seu interior, contribuindo para processos de desigualdade e selecção social no espaço escolar (Bourdieu e Passeron, s/d).

Notas finais

Para terminar há ainda a salientar os traços que se consideraram ser os mais marcantes desta análise. No espaço europeu evidenciam-se, como dois protagonismos importantes na recomposição da análise estrutural que se tomou por referência, os jovens e as mulheres. Uns e outros estão a reforçar de forma expressiva os seus recursos educacionais, com implicações noutras esferas sociais, como o trabalho e a família. Estes dois segmentos marcam a Europa com fortes sentidos de convergência. Contudo, num contexto de globalização, onde se evidenciam tendências de estruturação e de processos amplamente transnacionais, salientam-se também especificidades nacionais marcantes, suficientemente ilustradas nos dados analisados, e a que importa aqui fazer uma última referência.

Na comparação entre os vários países, existe um espaço europeu de qualificações de topo, expresso não só em padrões, mas também em estratégias, de antecipação e consolidação, de maior incidência no norte da Europa. Estas posições parecem garantidas pelo menos a médio prazo, pois no que diz respeito a processos de continuidade não se perspectivam abrandamentos. Outro grupo de países, de maior concentração no centro da Europa, tem acompanhado, quer nas escolaridades quer na capacidade de alargamento dos seus sistemas de ensino, os padrões médios europeus. Os mais deslocados destas lógicas qualificacionais são os países do sul que, paulatinamente, procuram corrigir uma posição de atraso relativo. Portugal, contrastando com o todo europeu, integra este conjunto, radicalizando uma posição de desvantagem no alargamento das qualificações da sua população.

O conjunto destes padrões socioeducacionais, e suas recomposições, sintomáticos de condições e processos de escolarização distintos, dão conta também de configurações institucionais, tecidos económicos, estilos de vida e padrões socio-culturais muito diferenciados em todo o espaço europeu.

Mas se esta análise dá conta de fortes discrepâncias, reflectindo o peso do eixo europeu norte-sul, a leste também outros contextos fazem sobressair importantes diferenças. Os novos países aderentes à União Europeia apresentam padrões de escolaridade muito elevados na comparação com os restantes 15. Num contexto político e de mercado em crescente abertura, talvez as suas qualificações possam ter um outro tipo de repercussões no desenvolvimento e modernização das estruturas fundamentais das suas sociedades. Tais aspectos carecem ainda de uma problematização mais aprofundada para o reconhecimento das suas principais tendências e processos.

Referências bibliográficas

- Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Anália Torres (2000), "Sociedade", em António Reis (coord.), *Portugal Ano 2000: Retrato de um País em Mudança*, Mem Martins, Círculo de Leitores, pp. 35-72.
- Almeida, João Ferreira de, Patrícia Ávila, José Luís Casanova, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Susana da Cruz Martins, e Rosário Mauritti (2003), *Diversidade na Universidade: Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta.
- Ávila, Patrícia (2004), "Desenvolver as competências-chave dos adultos: novos modelos de formação na sociedade portuguesa", seminário de investigação, programa de doutoramento em sociologia, Departamento de Sociologia/ISCTE (policopiado).
- Azevedo, Joaquim (2002), *O Fim de um Ciclo? A Educação em Portugal no Início do Século XXI*, Porto, Asa.
- Balsa, Casimiro Marques, José Vasconcelos Simões, Pedro Belchior Nunes, Renato Emídio do Carmo, e Ricardo Oliveira Campos (2001), *Perfil dos Estudantes do Ensino Superior: Desigualdades e Diferenciação*, Lisboa, Edições Colibri.
- Baudelot, Christian, e Roger Establet (1992), *Allez les Filles!*, Paris, Maspero.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris, Minuit.
- Bourdieu, Pierre, e Jean-Claude Passeron (s/d), *A Reprodução*, Lisboa, Editorial Vega.
- Commission of The European Communities (2004), *Progress Towards the Common Objectives in Education and Training: Indicators and Benchmarks*, Bruxelas, CEC.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-46.
- Crompton, Rosemary (2003), "Class and gender beyond the 'cultural turn'", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, pp. 9-24.

- Deem, Rosemary (1992), "Schooling and gender: the cycle of discrimination", em James Lynch, Celia Modgil e Soham Modgil (orgs.), *Cultural Diversity and the Schools*, volume 3, "Equity or Excellence? Education and Cultural Reproduction", Londres, The Falmer Press.
- Derouet, Jean-Louis (2002), "A sociologia das desigualdades em educação posta à prova pela segunda explosão escolar: deslocamento dos questionamentos e reinício da crítica", *Revista Brasileira de Educação*, 21, pp. 5-16.
- European Commission/Education and Culture (2001), *Basic Indicators on the Incorporation of ICT into European Education Systems: Facts and Figures*, Bruxelas, CE.
- European Commission/Education and Culture (2002), *Key Data on Education in Europe 2002*, Bruxelas, CE.
- European Commission/Education and Culture (2004), *Key Data on Information and Communication Technology in Europe 2004*, Bruxelas, CE.
- Goldthorpe, John H. (org.), Catriona Llewellyn, e Clive Payne (1980), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*, Oxford, Clarendon Press.
- Grácio, Sérgio (1997), *Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais*, Lisboa, Educa.
- HIS (2005), *Eurostudent Report 2005: Social and Economics Conditions of Student Life in Europe 2005: Synopsis of Indicators*, em <http://www.his.de/Abt2/Auslandsstudium/Eurostudent/index.htm> (Junho, 2005).
- Lahire, Bernard (2000), "Savoirs et techniques intellectuelles à l'école primaire", em Agnès Van Zanten, *L'École: l'État des Savoirs*, Paris, Éditions La Découverte.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova e João Ferreira de Almeida (2003), "Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.
- Martins, Susana da Cruz, Rosário Mauritti, e António Firmino da Costa (2005), *Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior em Portugal*, Lisboa, DGES/MCTES.
- Mauritti, Rosário (2003), "Caracterização e origens sociais", em João Ferreira de Almeida, Patrícia Ávila, José Luís Casanova, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Susana da Cruz Martins e Rosário Mauritti, *Diversidade na Universidade: Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta.
- OECD (2004), *Education at a Glance*, Paris, OECD.
- Perrenoud, Philippe (2002), *Porquê Construir Competências a Partir da Escola?*, Porto, Asa Editora.
- Portugal, Pedro (2004), "Mitos e factos sobre o mercado de trabalho português: a trágica fortuna dos licenciados", *Boletim Económico*, Banco de Portugal, Março de 2004, em http://www.bportugal.pt/publish/bolecon/docs/2004_1_3_pdf (Fevereiro, 2005).
- Rodrigues, Maria de Lurdes (1999), *Os Engenheiros em Portugal*, Oeiras, Celta.
- Ropé, Françoise (2000), "Savoirs, savoirs scolaires et compétences", em Agnès Van Zanten, *L'École, l'État des Savoirs*, Paris, Éditions La Découverte.
- Sebastião, João (1998), "Os dilemas da escolaridade: universalização, diversidade e inovação", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 311-327.

- Vallet, Louis-André (1999), "Quarante années de mobilité sociale en France: l'évolution de la fluidité sociale à la lumière de modèles récents", *Revue Française de Sociologie*, XL (1), pp. 5-64.
- Vester, Michael (2003), "Class and culture in Germany", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, pp. 25-40.

Susana da Cruz Martins. Investigadora do CIES/ISCTE. Bolseira de doutoramento da FCT. *E-mail*: Susana.martins@iscte.pt

Resumo/abstract/résumé/resumen

Portugal, um lugar de fronteira na Europa: uma leitura de indicadores socioeducacionais

Este artigo tem por base a identificação de padrões educacionais na Europa e tendências associadas, com recurso a uma selecção de estatísticas de comparação europeia. No sentido de completar um mosaico de configurações socioeducacionais na UE, surge como objectivo analítico complementar a leitura de indicadores que expressem, de alguma forma, as próprias condições e processos de escolarização da população nos vários países.

Palavras-chave Educação, comparação europeia, padrões de escolaridade, União Europeia.

Portugal, a frontier area in Europe: an interpretation of socio-educational indicators

At the centre of this article is the identification of educational patterns in the European Union and the associated trends, on the basis of a selection of comparative European statistics. With a view to completing a mosaic of socio-educational configurations in the EU, one of its complementary analytical aims is to interpret indicators that, in some form, express the schooling conditions and processes of the various countries' populations.

Key-words Education, European comparison, schooling patterns, European Union.

Le Portugal, un lieu de frontière en Europe: une lecture d'indicateurs socio-éducatifs

Cet article repose sur l'identification de standards éducatifs en Europe et de tendances y associées, grâce à une sélection de statistiques de comparaison européenne. Afin de compléter une mosaïque de configurations socio-éducatives dans l'UE, l'auteur se donne

comme objectif analytique d'en étoffer la lecture avec des indicateurs qui expriment, en quelque sorte, les conditions et les processus de scolarisation de la population dans les différents pays.

Mots-clés Éducation, comparaison européenne, standards de scolarité, Union européenne.

Portugal, un lugar de frontera en Europa: una lectura de indicadores socio-educacionales

Este artículo tiene como base la identificación de patrones educacionales en Europa y tendencias asociadas, apelando a una selección de estadísticas de comparación europea. Con la intención de completar un mosaico de configuraciones socio-educacionales en la UE, surge como objetivo analítico complementario la lectura de indicadores que expresen, de alguna forma, las propias condiciones y procesos de escolarización de la población en los diferentes países.

Palabras-clave Educación, comparación europea, patrones de escolaridad, Unión Europea.